

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.521 - MS (2018/0216729-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : WLAMIR FERREIRA DE SALVI
ADVOGADOS : NUNILA ROMERO SARAVY - MS015975
RACHEL CAROLINA DE ARRUDA MACHADO - MS016274

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Consta dos autos que o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra Wlamir Ferreira de Salvi pela suposta prática do delito de peculato. Acompanhando a exordial acusatória, o *Parquet* colacionou cota ministerial em que requereu, ao Juízo, a instrução da ação penal com as certidões de antecedentes criminais dos acusados.

Ao receber a denúncia, o Juízo da 5ª Vara Federal de Campo Grande/MS esclareceu que a juntada das certidões criminais positivas é de responsabilidade do titular da ação penal, o Ministério Público.

Impetrado mandado de segurança na origem, o TRF da 3ª Região denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL PENAL. CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO RÉU. REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SÚMULA 701, STF. CITAÇÃO DO ACUSADO. INTERVENÇÃO JUDICIAL. NÃO NECESSIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Desnecessária a citação do acusado para integrar a lide, visto que o pedido formulado pelo impetrante de certidões criminais por parte do juízo impetrado não interfere na esfera de direitos daquele. Preliminar afastada.

2. O Ministério Público, por expressa previsão constitucional e legal (artigo 129, incisos VI e VIII, da Constituição da República, c. c. o artigo 26, I, b, e II, da Lei 8.695/1993 e artigos 13, II, e 47 ambos do Código de Processo Penal), tem a prerrogativa de conduzir diligências investigatórias, podendo requisitar diretamente documentos e informações que julgar necessários ao exercício de suas atribuições constitucionais.

3. A autoridade judiciária não está obrigada a deferir requisições do Ministério Público Federal, salvo quando demonstrada a real necessidade de sua intermediação.

4. Segurança denegada." (e-STJ, fl. 461).

Daí o presente recurso, em que alega o recorrente que "(...) ao receber a denúncia, o juiz torna-se destinatário de todas as provas a serem produzidas e, com tal, deve tomar as providências necessárias para que cheguem ao seu conhecimento, chancelando todas as diligências pertinentes requeridas pelas partes." (e-STJ, fl. 468).

Aduz que "ao negar a ordem do mandamus impetrado pelo MPF contra ato do Juízo Federal de Campo Grande que fere direito líquido e certo do parques e da sociedade deixou-se observar os princípios da verdade real, da celeridade e economia processuais, bem como a norma inserta no artigo 156 do Código de Processo Penal, que autoriza o juiz a agir de ofício na produção de provas que entenda necessárias ao esclarecimento dos fatos." (e-STJ, fls. 468-469).

Requer o provimento do recurso para, reformando o acórdão, conceder a ordem a fim de determinar que o Juízo processante seja o responsável pela juntada completa das certidões de antecedentes criminais, bem como certidões de objeto e pé do que nelas constar, conforme pleiteado na cota de oferecimento da denúncia.

O Ministério Público Federal, em sede de parecer, opinou pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Consoante relatado, o cerne da presente interposição consiste em verificar se há ilegalidade no indeferimento pelo Juízo da 5ª Vara Federal de Campo Grande/MS da juntada de certidões criminais dos acusados, tal como pleiteado pelo Ministério Público Federal no oferecimento da denúncia.

Sobre o tema, sabe-se que o Ministério Público é titular do poder de requisição de diligências investigatórias necessárias ao cumprimento do seu papel institucional (arts. 129, VIII, da Constituição Federal; 7º, II, da Lei Complementar n. 75/1993; e 47 do Código de Processo Penal).

"Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público;
(...)

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indiciados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;"

"Art. 7º Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais:
(...)

II - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas;"

"Art. 47. Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los."

É certo, também, que não haverá impedimento à solicitação de tais diligências ao Judiciário, uma vez demonstrada sua incapacidade em realizar, por meios próprios, determinada providência. Nesse sentido é a jurisprudência firmada nesta Corte Superior:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS

HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. INDEFERIMENTO PELO JUIZ. POSSIBILIDADE DE REQUISIÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INCAPACIDADE DE REALIZAR A DILIGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA PELO ÓRGÃO ACUSATÓRIO. FATO CONTROVERTIDO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não obstante os esforços do agravante, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

2. Os arts. 932 do Código de Processo Civil - CPC c/c o 3º do Código de Processo Penal - CPP e 34, XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, permitem ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante nos Tribunais superiores, não importando em cerceamento de defesa ou violação ao princípio da colegialidade. Precedentes.

3. O requerimento de folhas de antecedentes criminais dos réus pelo Parquet ao Poder Judiciário só se justifica quando comprovada a real necessidade da intervenção judicial decorrente da inviabilidade de acesso do órgão ministerial por meios próprios. Precedentes.

4. Pela ótica das instâncias ordinárias não se demonstrou a existência de efetivo obstáculo para a obtenção, por própria atuação do Ministério Público, das certidões de antecedentes criminais da acusada, sendo inviável, por meio da via processual eleita, conforme consabido, alterar tal premissa fática. O mandado de segurança somente terá cabimento para a proteção de direito líquido e certo, compreendendo-se tal expressão, em sentido processual, como "direito comprovável documentalmente, sem necessidade de instrução dilatória." (GRINOVER, Ada Pellegrini, 7ª ed. pág. 310).

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RMS 57.474/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 11/10/2018).

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. REQUISIÇÃO DE DILIGÊNCIA PELO PARQUET. INDEFERIMENTO PELO JUIZ. POSSIBILIDADE DE OBTENÇÃO DOS DADOS POR MEIOS PRÓPRIOS. ART. 129, VI E VIII, CF/88. ART. 26, I E II, LEI COMPLEMENTAR N. 75/90. ART. 47 DO CPP. INCAPACIDADE DE REALIZAR A DILIGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. O Ministério Público, por expressa previsão constitucional e legal (art. 129, VI e VIII, da Constituição Federal, art. 26, I, b e II, da Lei Complementar n. 75/90 e art. 47 do Código de Processo Penal), possui a prerrogativa de conduzir diligências investigatórias, podendo requisitar diretamente documentos e informações que julgar necessários ao exercício de suas atribuições de dominus litis.

2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se no

sentido de que a requisição de folhas de antecedentes criminais dos réus pelo Ministério Público depende de demonstração de que o órgão ministerial não conseguiu ter acesso a tais dados por meios próprios. Precedentes: RMS 37.223/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016; AgRg no RMS 37.274/RN, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 10/12/2014; AgRg no RMS 37.205/TO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2014, DJe 23/09/2014; AgRg no RMS 37.607/RN, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 26/08/2014; AgRg no RMS 37.811/RN, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 07/04/2014; AgRg no RMS n. 35.398/RN, Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 10/9/2013.

3. A restrição contida no art. 748 do CPP foi superada por leis posteriormente editadas que deram ao Parquet acesso irrestrito a qualquer certidão ou registro de antecedentes criminais, impondo-se-lhe apenas a necessária observância do sigilo legal.

Precedentes desta Corte. Se restrição legal não há, não poderia um Provimento interno de Tribunal estabelecê-la.

4. Não demonstrada a real necessidade de intermediação do Poder Judiciário, não se vislumbra direito líquido e certo ao deferimento obrigatório das diligências requeridas pelo Ministério Público.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no RMS 55.946/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 14/3/2018).

Na espécie dos autos, a diligência consistia na requisição de certidão de antecedentes criminais. Entretanto, o *Parquet* não demonstrou a incapacidade de praticar o ato.

Não se verifica, ademais, hipótese de teratologia ou abuso de poder no conteúdo da decisão atacada.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego seguimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator